

30 JUN 1996



PANORAMA ECONÔMICO



MÍRIAM LEITÃO

O real e a Realina

• No dia do aumento do salário-mínimo eu estava em Brás de Pina, periferia do Rio, conversando com quem ganha salário-mínimo. Entre todos, a mais queixosa era uma senhora de nome sugestivo: Realina. Aos 60 anos, ela vive de faxina, quando encontra. Perguntei que lembranças guardava da época da inflação alta e ela fez um ar perplexo: “quando?”. Quando os preços subiam todo dia, disse. E ela: “Lembro não. Cabeça ruim mesmo”.

O mal de Realina atinge inúmeros brasileiros. O tempo da inflação descontrolada é visto como remoto. Uma distorção do passado, vencida definitivamente. O maior risco que o Plano Real corre neste terceiro ano de vida é exatamente o da complacência com pequenos desvios, pequenos reajustes, pecadinhos indexatórios.

O Governo tem dado os piores sinais. No ano, já fez as trapalhadas com os combustíveis e permitiu que tarifas públicas federais e municipais fossem indexadas à inflação passada. Realina tem mais razão do que imagina porque, com o salário-mínimo, o Governo usou a previsão de inflação futura. A diferença entre o aumento do mínimo (12%) e o dos transportes (23%) foi de 92%. Um dos aprendizados da inflação baixa é que a distância entre os números é maior do que imaginávamos.

Outro erro do Governo tem sido aceitar reivindicações de empresários por protecionismos setoriais que acabam produzindo inflação, como se viu com os carros e os têxteis. Felizmente, o país tem mostrado estar avançando rapidamente no caminho da desindexação. O aumento da gasolina, por exemplo, não contaminou outros preços. Os consumidores têm revelado que aprendem com uma velocidade espantosa a nova lógica de um mundo de inflação baixa. O setor de bebidas está registrando queda de vendas logo após o aumento dos preços. O número de carros vendidos este ano no Brasil será menor do que em 1995.

A mudança que houve no Brasil com o Plano Real é profunda. O que está mudando é a própria dinâmica da economia. O aumento de vendas tem consolidado novos patamares de consumo, que estão transformando o Brasil num mercado de consumo de massas.

Uma economia que em 1995 consumiu sete milhões de aparelhos eletrodomésticos e 2,5 bilhões de litros de refrigerantes a mais que no ano anterior atrai os investidores externos, como está acontecendo.

A queda da inflação resgatou milhões de brasileiros para o mercado de consumo, e isso é que explica os novos patamares de consumo. Só que a nova economia não reage mais como antes. O ex-ministro Márcilio Marques Moreira voltou da sua última reunião na Fiesp com a certeza de que, na economia do Real, tudo é relativo. Em crise permanecem calçados, bens de capital e confecções. Vendendo mais, os bens de consumo de massa: alimentos, remédios e produtos de higiene e limpeza.

— E eletroeletrônico, que entrou no rol dos bens de consumo de massa— diz.

Em *boom* está o setor de cimento, quase batendo na capacidade instalada, empurrado principalmente pelo que é conhecido como “consumo-formiga”. Outra realidade vive o setor de produtos de cimento que fornece para as grandes construções e obras públicas. As fábricas de blocos de concreto estão com ociosidade de 50%. Outro exemplo do poder dos novos consumidores: a Pronor, que vende matéria-prima para colchões, está batendo recordes de venda.

O Brasil aprende com o Real o poder do consumidor de baixa renda, que além de tudo tem uma qualidade rara: é bom pagador. Na nova realidade demográfica, em que a população não cresce mais como antes, integrar quem está fora do mercado é, além de imperativo ético, uma razão de mercado. Mais poderosa ficará a economia quanto mais consumidores incluir em seu mercado. O terceiro ano do Real tem, inevitavelmente, que zelar por Realina.